

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2026/CVMV
EDITAL PARA PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO:

1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
2. Procuração, quando for o caso, acompanhada de documento de identificação do procurador.
3. Documento de identificação do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is);
4. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
5. CND FEDERAL ;
6. CND ESTADUAL;
7. CND MUNICIPAL;
8. Certidão Regularidade perante o FGTS;
9. Certidão Negativa de Débito Trabalhistas - CNDT;
10. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data da efetiva entrega da certidão à CVMV;
11. Atestado de capacidade técnica, nos termos do item 6.4 do edital;
12. Declaração Conjunta conforme anexo I do edital;
13. Proposta formal, conforme modelo do Anexo I, contendo a descrição da solução ofertada e a declaração expressa de que a prestação dos serviços será realizada sem qualquer ônus, direto ou indireto, para a Câmara de Vereadores, em conformidade com as condições estabelecidas neste edital.

CRONOGRAMA

Endereço eletrônico	www.licitanet.com.br
Data de recebimento de documentos	13/05/2026 a 22/05/2026
Data do resultado da análise dos documentos	26/05/2026
Período de recurso do resultado do credenciamento	02/06/2026
Previsão para Publicação do resultado final no Diário Oficial do Município e Portal da Transparência da CVMV	03/06/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2026/CVMV PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 247/2025/CVMV

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Câmara de Vereadores do Município de Vilhena, por meio da Diretoria de Licitações e Contratações, torna pública a instauração da presente CHAMADA PÚBLICA, visando o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas de direito privado para disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento de margem consignável, compreendendo a operacionalização, controle e integração das consignações em folha de pagamento dos servidores da Câmara de Vereadores de Vilhena, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, e Portaria interna nº 158/2023/CVMV.

1.2 O presente edital deverá ser analisado integralmente pelos interessados, não sendo admitida a alegação de desconhecimento de suas disposições para justificar o descumprimento de quaisquer de suas exigências.

1.3 A documentação para credenciamento deverá ser encaminhada em formato digital, por meio da plataforma eletrônica: <https://licitanet.com.br/>

1.4 Na hipótese de indisponibilidade da plataforma eletrônica, a documentação poderá ser encaminhada por e-mail para: cpl@vilhena.ro.leg.br, mediante justificativa do interessado.

1.5 A análise da documentação observará os prazos e datas estabelecidos no cronograma constante deste edital, podendo ser ajustada mediante justificativa devidamente publicada.

1.6 Não havendo expediente ou ocorrendo fato que impeça o andamento do procedimento, os prazos serão automaticamente prorrogados para o próximo dia útil.

1.7 O edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores de Vilhena e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.8 Não haverá limitação quanto ao número de empresas a serem credenciadas, permitindo assim a ampla participação do mercado.

1.9 ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

1.9.1 Impugnações, pedidos de esclarecimentos, e de reconsiderações, deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: cpl@vilhena.ro.leg.br, com indicação do número do edital e do processo administrativo, sendo apresentados com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data final para envio da documentação.

2 DO OBJETO:

2.1 Constitui objeto do presente edital, o chamamento público, visando o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas, em sistema informatizado de gerenciamento de margem consignável, compreendendo a operacionalização, controle e integração das consignações em folha de pagamento dos servidores da Câmara de Vereadores de Vilhena, sem ônus para a Administração, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2 O credenciamento será realizado nos termos dos arts. 74, inciso IV, e 79 da Lei nº 14.133/2021, bem como da Portaria nº 158/2023, enquadrando-se na hipótese de contratação paralela e não excludente.

2.3 A presente contratação não implicará desembolso de recursos públicos, sendo o objeto restrito à disponibilização e operação de sistema de gestão da margem consignável, não se confundindo com a concessão de crédito ou com a contratação de instituições financeiras.

3 FORMA, PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

3.1 Conforme disposições constantes do item 5 do Termo de Referência, bem como a Portaria 158/2023/CVMV, os quais integram este edital para todos os fins.

4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste credenciamento pessoas jurídicas, regularmente constituídas, cujo objeto social seja compatível com a prestação de serviços de desenvolvimento, disponibilização ou operação de sistemas informatizados de gestão de margem consignável ou soluções compatíveis, que atendam às exigências deste edital.

4.2 Não poderão participar do credenciamento os interessados que se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

4.2.1 Incluem-se entre os impedimentos:

a. pessoa jurídica suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção; bem como empresa que atue com o objetivo de burlar sanção aplicada a outra, mediante utilização indevida de sua personalidade jurídica, desde que devidamente comprovado.

b. Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no setor de licitações, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (conforme Art. 14, Inc. IV da Lei 14.133/21).

c. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (artigo 9, §1º Lei 14.133/2021).

f. Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica (artigo 9, §2º Lei 14.133/2021).

g. a PJ que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente, admitindo-se a participação, de empresas em recuperação judicial, **desde que** amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

h. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

i. Empresas sob a forma de consórcio; considerando que a união de esforços seria necessária, apenas em questões de alta complexidade e de relevante vulto, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderia ensejar em considerável redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de prestação de serviço comum;

4.3 Será admitida apenas uma proposta por interessado, incluindo suas filiais ou empresas integrantes do mesmo grupo econômico, assim consideradas aquelas que possuam vínculo de controle, coligação ou dependência econômica entre si.

4.4 A participação no credenciamento implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo que o seu descumprimento poderá ensejar o indeferimento do credenciamento ou o descredenciamento, conforme o caso.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os interessados deverão encaminhar, por meio eletrônico, a documentação para credenciamento, **acompanhada de proposta formal**, conforme modelo disponibilizado no edital.

5.2 A proposta terá caráter meramente declaratório, devendo indicar:

- I – que a prestação do serviço será realizada sem ônus para a Câmara de Vereadores;
- II – que a empresa está ciente das condições estabelecidas neste edital;
- III – que aceita integralmente as regras do credenciamento.

5.4 A análise da proposta consistirá exclusivamente na verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas neste edital, não sendo adotado critério de julgamento competitivo.

5.5 Após a verificação da proposta, a Administração procederá à análise da documentação de habilitação.

5.6 A análise da documentação observará os prazos e datas estabelecidos no cronograma constante deste edital, podendo ser ajustada mediante justificativa devidamente publicada.

5.7 A falsidade de informações ou declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Para fins de credenciamento, os interessados deverão apresentar a documentação necessária e suficiente para comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações ou consolidação, com objeto compatível com o objeto deste edital;
- b) Documento de identificação do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is);
- c) Procuração, quando for o caso, acompanhada de documento de identificação do procurador.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

6.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (ITEM 11.3 e seguintes do TR anexado)

- a) CND FEDERAL;
- b) CND ESTADUAL;
- c) CND MUNICIPAL;
- d) Certificado de Regularidade perante o FGTS
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT;

6.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data da efetiva entrega da certidão à CVMV.

6.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de ao menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que demonstre a implantação e/ou operação de sistema informatizado voltado à gestão de margem consignável, ou solução compatível com o objeto deste credenciamento, nos termos deste edital.

6.4.2 A CVMV poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares para verificação das informações apresentadas.

6.4.3 Deverá ser apresentada declaração formal de que a empresa dispõe de aparelhamento, equipamentos, sistema informatizado e pessoal técnico qualificado, em quantidade e qualidade suficientes, considerados essenciais para a adequada execução do objeto do credenciamento, incluindo a implantação e operação de sistema de gestão de margem consignável, bem como a prestação de suporte técnico contínuo, o atendimento às demandas da Administração e a garantia da segurança, integridade e confidencialidade das informações, em conformidade com as exigências do edital e seus anexos.

6.5. DECLARAÇÃO CONJUNTA (CONFORME MODELO DO ANEXO I)

6.5.1 Conforme disposições constantes do Termo de Referência, anexado ao final deste edital, deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

- a) inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

- b)** enquadramento em regime de tributação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando for o caso, para fins de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e demais prerrogativas legais;
- c)** aceitação do Edital;
- d)** autenticidade e veracidade da documentação apresentada;
- e)** idoneidade;
- f)** responsabilidade e disponibilidade de objeto;
- g)** se for o caso, cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, ou Certidão de regularidade emitida nos termos da Portaria MTE n. 547/2025;
- h)** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- i)** não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente processo;
- j)** não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não possui com nenhum deles, relação conjugal ou de companheirismo, e nem parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- k)** sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- l)** Que a empresa dispõe de aparelhamento, equipamentos, sistema informatizado e pessoal técnico qualificado, em quantidade e qualidade suficientes, considerados essenciais para a adequada execução do objeto do credenciamento, incluindo a implantação e operação de sistema de gestão de margem consignável, bem como a prestação de suporte técnico contínuo, o atendimento às demandas da Administração e a garantia da segurança, integridade e confidencialidade das informações, em conformidade com as exigências do edital e seus anexos.

6.5.2 As declarações constantes acima poderão ser apresentadas de modo unificado, porém não há óbice a apresentação de modo individual. (Há modelo anexado ao final do edital).

7. DA ANÁLISE DAS DOCUMENTAÇÕES

7.1 Encerrado o prazo para recebimento dos pedidos de credenciamento, a Comissão de Credenciamento procederá à análise da documentação apresentada, verificando sua conformidade com as exigências deste edital e do Termo de Referência, cuja análise compreenderá:

- I – verificação da proposta, quanto à sua conformidade com as condições do edital;
- II – análise dos documentos de habilitação.

7.2 O prazo para análise obedecerá os prazos definidos no cronograma do edital; podendo ser prorrogado mediante justificativa.

7.3 O resultado preliminar do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município.

7.4 Caso necessário, poderá ser solicitado apoio técnico para avaliação da qualificação da empresa, especialmente quanto à aderência da solução ao objeto.

7.5 DILIGÊNCIAS E COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

7.5.1 A Comissão julgadora, poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar informações constantes da proposta e dos documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados originalmente.

7.5.2 A comissão poderá consultar bases oficiais para verificação da veracidade das informações apresentadas.

7.6 DOCUMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO

7.6.1 Certidões apresentadas com prazo de validade expirado poderão ser aceitas, desde que seja possível verificar sua regularidade por meio eletrônico oficial, hipótese em que o interessado será convocado a apresentar a certidão atualizada no prazo estabelecido pela Administração.

7.7. SANEAMENTO DE FALHAS FORMAIS

7.7.1 Poderão ser sanadas falhas formais que não alterem o conteúdo dos documentos apresentados, mediante decisão fundamentada, vedada a substituição de documentos ou a inclusão de novos elementos que deveriam constar originalmente.

7.8. IRREGULARIDADES NÃO RELEVANTES

7.8.1 Não constituirá motivo para indeferimento do credenciamento a ocorrência de falhas meramente formais ou omissões que não comprometam a compreensão da documentação, nem prejudiquem a isonomia ou a segurança do procedimento.

8. DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO E DOS RECURSOS

8.1 O interessado que atender às exigências deste edital será credenciado e estará apto a ser convocado para execução do objeto, sem garantia de demanda.

8.2 O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Câmara..

8.3 Caberá recurso contra o resultado do credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação.

8.4 Os recursos deverão ser apresentados por meio eletrônico, dirigidos à autoridade competente, por intermédio do agente de contratação ou da comissão de credenciamento.

8.5 O agente de contratação ou a comissão poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhar o recurso à autoridade competente para decisão no mesmo prazo.

8.6 A decisão final será publicada nos mesmos meios utilizados para divulgação do resultado.

8.7. O credenciamento não implica exclusividade entre os credenciados, podendo a Câmara de Vereadores de Vilhena contratar qualquer dos habilitados, observados os critérios de distribuição de demandas previstos neste edital.

9 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à DIVISÃO DE CONTROLE DE LICITAÇÕES, para análise e emissão de parecer acerca de todos os atos procedimentais praticados pela comissão de licitação.

9.2 Sendo favorável o parecer acima mencionado, o processo será remetido à autoridade superior, que poderá: a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; b) revogar o chamamento público e os atos referentes aos credenciamentos, por motivo de conveniência e oportunidade; c) proceder à anulação do chamamento público e os atos dela decorrentes, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; d) homologar os trabalhos realizados pela comissão, credenciando as instituições habilitadas.

9.3 Após a homologação do credenciamento, a Administração poderá convocar os credenciados para contratação, mediante instrumento contratual ou equivalente, conforme necessidade e desde que mantidas as condições de habilitação, não havendo garantia de demanda.

10. DA CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS

10.1 A contratação dos credenciados observará a sistemática de contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 31 e seguintes da Portaria nº 158/2023.

10.2 As demandas serão formalizadas pela Câmara de Vereadores, contendo, no mínimo, a descrição do objeto, prazo, quantitativos e demais condições de execução.

10.3 . Sempre que não for possível a convocação simultânea de todos os credenciados, a distribuição das demandas será realizada por sorteio público, observados os princípios da impessoalidade e da isonomia.

10.4 O sorteio estabelecerá ordem de chamada, assegurado o sistema de rodízio, de modo que nenhum credenciado seja convocado novamente antes dos demais.

10.5 Novos credenciados serão inseridos ao final da ordem de chamada vigente.

10.6 O credenciado deverá manter as condições de habilitação para participar das convocações, podendo a Administração exigir documentação atualizada previamente à contratação.

10.7 A comunicação das sessões de sorteio ou convocações será realizada por meio eletrônico, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis

10.8 É vedada a indicação direta de credenciado pela Administração.

10.9 O credenciado que não puder atender à demanda deverá comunicar sua indisponibilidade, passando ao final da ordem de chamada.

10.10 Os resultados das sessões de sorteio serão registrados em ata e divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara.

11 PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1 A empresa credenciada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018, adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias para assegurar a proteção dos dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do objeto.

11.2 O tratamento de dados pessoais deverá ocorrer exclusivamente para as finalidades previstas neste edital e no contrato, sendo vedado o uso para fins diversos.

11.3 A empresa será responsável pela confidencialidade, integridade e segurança das informações, devendo adotar mecanismos de proteção contra acesso não autorizado, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado.

11.4 O descumprimento das disposições relativas à proteção de dados poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal.

12 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1 As contratações decorrentes deste credenciamento serão formalizadas por meio de instrumento contratual ou equivalente, observadas as disposições deste edital.

12.2. Aplicam-se, ainda, no que couber, as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Portaria nº 158/2023, ambos anexos a este edital, que integram o presente instrumento para todos os fins.

13 DO CREDENCIAMENTO, DA CONCESSÃO, CONTRATAÇÃO E CANCELAMENTO

13.1 Conforme disposições constantes do item 13 do Termo de Referência, e, Portaria 158/2023/CVMV, que integram este edital para todos os fins.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1 Conforme disposições constantes dos itens 15 e 16 do Termo de Referência, bem como a Portaria 158/2023/CVMV, os quais integram este edital para todos os fins.

15 MECANISMO E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

15.1 Conforme disposições constantes do item 17 do Termo de Referência, bem como a Portaria 158/2023/CVMV, os quais integram este edital para todos os fins.

16 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Conforme disposições constantes do item 18 do Termo de Referência, e, Portaria 158/2023/CVMV, que integram este edital para todos os fins.

17 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1 Conforme disposições constantes do item 9 do Termo de Referência, que integra esse edital para todos os fins.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 O credenciamento não gera direito à contratação, ficando sua efetivação condicionada à necessidade da Administração e à disponibilidade orçamentária.

18.2 A Administração poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente credenciamento, no todo ou em parte, por razões de interesse público ou ilegalidade, devidamente motivadas.

18.3 É de responsabilidade dos interessados a veracidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções cabíveis em caso de irregularidade.

18.4. Poderão ser realizadas diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados originalmente.

18.5. O desatendimento de exigências formais que não comprometam a análise da documentação não implicará no indeferimento do credenciamento.

18.6. As comunicações com os interessados poderão ser realizadas por meio eletrônico ou por publicação oficial.

18.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação aplicável.

18.8. Aplicam-se ao presente procedimento as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria nº 158/2023.

18.9. Os dados pessoais eventualmente tratados no âmbito deste procedimento deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018.

19 ANEXOS

19.1 Integram este edital, para todos os fins, os seguintes anexos:

- I - Modelo de Declarações;
- II - Modelo de Carta Proposta;
- III - Termo de Referência;
- IV - Portaria 158/2023/CVMV.

20 DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Comarca de Vilhena/RO para dirimir eventuais controvérsias, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vilhena/RO, 13 de maio de 2026.

Edital elaborado por
Isabela de Oliveira Santos - Matrícula nº 400027
Agente de contratação e Pregoeira - Portaria 95/2026

(apresentar em papel timbrado)

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, com sede no endereço _____, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, que:

INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

DECLARO sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO (QUANDO FOR O CASO)

DECLARO, que estamos enquadrados sob o regime de MICROEMPRESA, para o disposto na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e LC 147/14 art. 43;

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE EDITAL E HABILITAÇÃO

DECLARO estar ciente e de acordo com os termos e condições contidas no edital de licitação e seus anexos, estando em situação regular perante a Fazenda, Seguridade Social- INSS e FGTS, atendendo portanto, às exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeiro e que cumpre plenamente a todos os requisitos de habilitação previstos no edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE E VERACIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

A empresa assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados na presente licitação.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARO, para fins desta licitação, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DISPONIBILIDADE

DECLARO, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de DISPONIBILIDADE de executar o serviço objeto do Credenciamento nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO (SE FOR O CASO)

Com vistas a atender o artigo 63, IV da Lei 14.133/21, DECLARO que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Declaração exigida em caso de enquadramento definido no artigo 93 da lei 8.213/93)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

DECLARO que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI/MANTÉM VÍNCULO COM A CVMV

DECLARO que não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não existe relação conjugal, de companheirismo ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com os agentes públicos que atuam na presente contratação. E não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente processo.

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE TODOS OS CUSTOS TRABALHISTAS

DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

DECLARO estar ciente e em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), comprometendo-me a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para a proteção dos dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do objeto.

Declaro, ainda, que os dados serão utilizados exclusivamente para as finalidades previstas no edital e no contrato, assegurando sua confidencialidade, integridade e segurança, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade, e que nos responsabilizamos por eventuais danos decorrentes do tratamento inadequado ou indevido de dados pessoais, inclusive quanto ao acesso não autorizado, vazamento ou perda de informações.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Declaro que a empresa dispõe de aparelhamento, equipamentos, sistema informatizado e pessoal técnico qualificado, em quantidade e qualidade suficientes, considerados essenciais para a adequada execução do objeto do credenciamento, incluindo a implantação e operação de sistema de gestão de margem consignável, bem como a prestação de suporte técnico contínuo, o atendimento às demandas da Administração e a garantia da segurança, integridade e confidencialidade das informações, em conformidade com as exigências do edital e seus anexos.

.....
Cidade, Data, Nome e assinatura

(apresentar em papel timbrado)

ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA

À Câmara de Vereadores do Município de Vilhena/RO - Ref.: Credenciamento nº 01/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Dado	Informação
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone	
E-mail	
Representante Legal	

2. QUADRO DE PROPOSTA

Item	Descrição	Condição Ofertada
1	Disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento de margem consignável, incluindo implantação, suporte e manutenção	Conforme edital
2	Valor para a Administração	R\$ 0,00 (sem ônus)
3	Forma de remuneração	Direta com as consignatárias (quando aplicável)
4	Prazo de implantação	Conforme edital
5	Suporte técnico	Conforme edital

3. DECLARAÇÕES

A empresa declara que:

- i. prestará os serviços **sem qualquer ônus para a Administração**;
- ii. aceita integralmente as condições do edital e seus anexos;
- iii. possui sistema compatível com as exigências do objeto;
- iv. está ciente de que o credenciamento não garante contratação;
- v. cumprirá as disposições da Lei nº 13.709/2018.

4. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida durante toda a vigência do credenciamento.

Local e data

Assinatura _____
Nome do representante legal e Cargo